

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O programa Mulheres Mil no enfrentamento à feminização da pobreza

Cláudia Beatriz Carrião Alves^(*)
Margot Riemann Costa Silva^(*)

Resumo

O Programa Mulheres Mil tem contribuído com a redução da pobreza ao possibilitar a melhoria da qualidade de vida das participantes através do acesso à educação profissional e elevação da escolaridade capazes de resgatar a cidadania, elevar a autoestima e promover a inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Feminização da Pobreza. Institutos Federais. Parceria Brasil-Canadá. Aprendizagem Significativa.

Abstract

The Thousand Women Program has contributed to the reduction of the poverty by enabling the improvement of the participants' life quality through access to professional education and increasing schooling, in order to rescue citizenship, raise self-esteem and promote integration into the labor market.

Keywords: Thousand Women Program. Feminization of poverty. Federal Institutes. Brazil-Canada Partnership. Meaningful Learning.

1. INTRODUÇÃO

O debate a respeito do combate à pobreza vem sendo desencadeado nos setores público e privado e também nas comunidades acadêmicas, à medida que as ações voltadas para esse fim se tornam mais conhecidas. Curiosamente, conforme elucida Rocha (2003, p. 11), a discussão sobre pobreza se iniciou nos países desenvolvidos quando cientistas sociais passaram a alertar para situações de privação

^(*) Graduada em Engenharia Civil pela PUC/GO, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFG/Go e Formação de Professores em Língua Inglesa pela PUC/GO. Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC/GO. Servidora pública federal no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: claudia.carriao@yahoo.com.br.

^(*) Cursou Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Brasil (1969). Possui licenciatura em Matemática e Ciências Sociais pela Johann Wolfgang Goethe Universität, Frankfurt am Main (1976); graduação em Pedagogia pela Johann Wolfgang Goethe Universität, Frankfurt am Main (1979) e doutorado em Educação de Adultos pela Johann Wolfgang Goethe Universität, Frankfurt am Main (1989). Atualmente é professora titular do Departamento de Serviço Social e do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: margotriemann@yahoo.com.br

além da mera sobrevivência física, fazendo com que se enfatizasse o caráter relativo da noção de pobreza, que se apresenta em diferentes graus conforme o nível de desenvolvimento social e produtivo de cada país.

A Unidad Mujer y Desarrollo, da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), entende pobreza como sendo:

Um fenômeno multidimensional, que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. A pobreza é o resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política¹.

Em busca de soluções para combater as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a redução dos índices de pobreza é que países em desenvolvimento, mais castigados com tal situação, têm buscado minimizar a condição de indigência e pobreza de sua população com a adoção de programas voltados para este fim.

No Brasil, o programa de maior abrangência é o Brasil Sem Miséria² estruturado em três eixos: a) garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; b) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; c) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades (BRASIL, 2014d).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) informam que o Brasil registrou um decréscimo na quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha oficial de extrema pobreza, com renda mensal per capita de R\$70. Em 2011 somavam-se 4,2% e em 2012 representavam 3,6% da população, o equivalente a 6,5 milhões de pessoas (IPEA, 2013).

A mesma publicação ratifica a diminuição da pobreza ao analisar diferentes grupos da população. Nesta análise o grupo “Mulher” decresceu 7%, passando de 12% em 1992 para 5% em 2012. Curiosamente, ao se decompor a participação destes mesmos grupos selecionados entre os que permaneceram

¹ MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Serie Mujer y Desarrollo, 2005, p.12.

² O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolvendo ministérios e parcerias de estados e municípios, bancos públicos e o apoio do setor privado e terceiro setor. (<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>)

extremamente pobres verificou-se que houve um aumento no número de mulheres que passaram de 15,5% em 1992 para 34,8% em 2012.

Dizer que a pobreza tem incidido em maior grau entre as mulheres, significa, principalmente, corroborar com a existência de desigualdade persistente entre homens e mulheres.

2. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

O conceito de feminização da pobreza foi introduzido pela estadunidense Diane Pearce no ano de 1978, conforme aponta Novellino (2004, p.2). Tal processo se iniciaria a partir do momento em que a mulher, sem a presença de marido ou companheiro, e, provendo sozinha a renda familiar, passa a se responsabilizar pelo seu próprio sustento e de seus filhos.

Estudos posteriores aos de Pearce tendem a atrelar a “pobreza feminina à ausência de um homem adulto no domicílio, o qual foi e continua sendo visto como aquele cujo papel é o de principal provedor da família”³.

Prestes a completarem 20 anos em 2015, o Relatório do Desenvolvimento Humano apontava que a pobreza tinha o rosto de uma mulher, também a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, remetia à feminização da pobreza, sustentando “que o número de mulheres pobres aumentou desproporcionalmente em comparação com o de homens, em especial, nos países em desenvolvimento”⁴.

Tal fenômeno é ilustrado por Farah (2004, p. 54) ao considerar as mulheres como um dos segmentos mais vulneráveis da população, o que justificaria a promoção de políticas focalizadas.

Continuando, esclarece que com base na feminização da pobreza o Banco Mundial, ao analisar o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero, propôs através do documento *Toward Gender Equality*, a focalização em mulheres nas políticas de educação, saúde, serviços de extensão rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda.

³ NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *Os Estudos Sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres*. ABEP, 2004, p.3.

⁴ COSTA, Joana Simões et al. *A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza*. Texto para Discussão nº 1137, IPEA, 2005, p.12.

Tal documento aponta ainda que a atenção privilegiada às mulheres será capaz de gerar um impacto na sociedade como um todo, haja vista o fato delas desempenharem importante papel frente à família, serem ativas quanto aos assuntos relacionados à moradia, à melhoria do bairro em que residem, e, principalmente, por pertencerem em número expressivo ao contingente da população pobre.

Na sociedade patriarcal a divisão sexual do trabalho é considerada natural. Mulheres desempenham função de esposa, mãe, cuidadora de idosos, responsável pelas atividades domésticas, entre outras, funções estas que pouco ou em nada contribuem para a conquista da sua autonomia.

No entanto, a manutenção econômica que anteriormente recaía somente sobre o homem tem se modificado. A mulher tem buscado seu espaço no mercado de trabalho e seus rendimentos atualmente compõe uma parte significativa da renda familiar, tanto em famílias nucleares⁵ como naquelas compostas por arranjos familiares modificados.

Tem havido um crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, em parte por estas terem assumido sua condição de mãe solteira, ou simplesmente por terem se tornado mulheres independentes. Há ainda os casos em que, após uma ruptura conjugal, a guarda dos filhos permanece com a mãe, que passa a ser a provedora do núcleo familiar.

Dados do IBGE (SIDRA, 2014), mostram um aumento de 10,75 no percentual de famílias residentes em domicílios particulares que apresentam mulheres como pessoa de referência da família⁶, em 2001 somavam 27,33% e em 2012 registrou-se 38,08%.

O que diferencia então um homem de uma mulher chefe de família poderia estar relacionado com a baixa remuneração percebida pelas mulheres, diferença esta existente há tempos na sociedade.

A feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho onde há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou trabalho temporário; discriminação salarial; ocupações que exigem menor qualificação

⁵ Famílias nucleares são as chamadas famílias tradicionais compostas por pai, mãe e filhos.

⁶ Segundo o IBGE, desde o final dos anos 1990 a nomenclatura 'chefe de família' foi substituída pela expressão 'pessoa de referência da família' nos questionários dos estudos. Quem responde a pesquisa é que diz quem é a pessoa de referência.

implicando em baixos salários e participação nos mais baixos níveis da economia informal⁷.

Em busca de mudanças neste cenário de desigualdade entre mulheres e homens tem se consolidado a adoção de políticas públicas voltada para mulheres abrangendo áreas diversas como educação, saúde, geração de renda, combate a violência, entre outras. Notoriamente há uma necessidade de “inclusão no espaço da cidadania de um segmento até então invisível”⁸.

3. A EDUCAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE MUDANÇA

Neste cenário de desigualdade social que fomenta a pobreza em todas as suas faces, desde a desnutrição, baixos níveis de escolaridade, saúde e moradia precárias, pouca ou nenhuma estabilidade no trabalho, culminando com a exclusão social, cultural e política, tem-se um número expressivo de mulheres na linha de frente, lutando por melhores condições de vida para si e seus dependentes.

Segundo Novellino (2004, p. 11), a disputa por melhores condições de trabalho e emprego, gerando em consequência paridade salarial, poderá lograr êxito quando forem ampliadas as oportunidades de emprego para as mulheres. A educação e crescimento profissional podem ser eficientes e propiciar a geração de melhores oportunidades de trabalho.

A educação pode ser considerada de diferentes maneiras, o trabalho destaca a definida no dicionário de conceitos *on-line* Que Conceito:

A educação é considerada como um direito coletivo e um fenômeno universal, histórico e necessário para que o ser humano e os povos possam subsistir, já que a educação é considerada a melhor ferramenta de luta contra qualquer tipo de exclusão e contra todo tipo de injustiças.⁹

A educação é capaz de promover significativas modificações no homem, promovendo um amplo desenvolvimento das possibilidades do ser humano.

⁷ NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *Os Estudos Sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres*. ABEP, 2004, p.3.

⁸ FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e Políticas Públicas*. Estudos Feministas, 2004, p. 56.

⁹ Dicionário de Conceitos. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/educacao>>.

3.1. Políticas Educacionais

Diversas políticas educacionais têm sido implementadas pelo Governo Federal, contemplando investimentos desde a educação infantil ao ensino superior. Todas as ações têm a perspectiva de promover a educação e lutar contra a exclusão e as injustiças sociais.

A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se destacam frente às demais iniciativas, pelo fato de se preocuparem com o desenvolvimento local e regional visando à construção da cidadania (BRASIL, 2014c).

A história dos Institutos Federais se iniciou em 1909, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices pelo presidente da República Nilo Peçanha. Naquela época as escolas eram vistas como instrumento de política voltada para as classes desprovidas.

Ao longo do tempo sua denominação e natureza foram sendo alteradas e em 2008, com a Lei nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2014b).

A expansão da Rede Federal, conforme preconiza o Ministério da Educação (BRASIL, 2014a), atende a três dimensões, a saber:

Dimensão Social

- Universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania;
- Atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100¹⁰;
- Municípios com percentual elevado de extrema pobreza.

Dimensão Geográfica

- Atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas;
- Universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras;
- Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais;

¹⁰ Grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1 mil e com mais de 80 mil habitantes.

- Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior;
- Oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional.

Dimensão de desenvolvimento

- Municípios com Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados;
- Entorno de grandes investimentos.

O compromisso dos Institutos Federais com o desenvolvimento socioeconômico é firmado, no artigo 6º de sua Lei de criação, como estabelecido em suas finalidades e características:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal,¹¹

Os Institutos Federais oferecem educação integrada ao ensino médio, inclusive atendendo ao público de jovens e adultos, por meio do PROEJA. Na educação superior, possui cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura. Na pós-graduação cursos de mestrado profissional e especialização lato sensu, além dos cursos de extensão, de formação profissional de trabalhadores e da comunidade (Pronatec), de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos de educação a distância.

¹¹ BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 Dez. 2008.

Dentre as diversas atividades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais, uma em particular lida especificamente com um recorte de exclusão: o trabalho com mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho. Este é o desafio do programa denominado Mulheres Mil (BRASIL, 2014e).

3.2. A Aprendizagem Significativa

Dentre as diversas teorias de aprendizagem, há as que se apoiam no princípio de que é a partir do conhecimento prévio do aluno que o ensino encontra terreno fértil para se desenvolver. O conhecimento do novo acontece porque há outros que o antecederam, assim, num processo ininterrupto o conhecimento vai se construindo alcançando níveis cada vez mais complexos.

A teoria da aprendizagem significativa, ao descrever o processo de aprendizagem, no qual destaca o conhecimento prévio do aprendiz como o fator isolado mais importante na determinação do processo de ensino, oferece uma contribuição fundamental para o reconhecimento do aluno como sujeito que aprende; das possibilidades de mudança por meio do aprendizado; da necessidade de não transformar diferenças sociais, econômicas, culturais e cognitivas em desigualdades escolares¹².

Segundo Santana e Carlos (2013, p. 12) a Teoria da Aprendizagem Significativa, de David Ausubel, estabelece que o fator isolado que mais influencia a aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. O novo a ser aprendido não interage com qualquer conhecimento prévio, mas sim com aqueles que são relevantes na estrutura cognitiva do aprendiz, dando-lhe significado.

Pela teoria ausubeliana o conhecimento prévio do aprendiz é chamado de subsunçor e considerado o fator de maior relevância para a aprendizagem significativa. O processo de aprendizagem é dinâmico, um conhecimento novo ao chegar se apoia em outro já existente (subsunçor) e ao se interagirem geram outro, que futuramente passará a funcionar como subsunçor e assim sucessivamente aumentando o leque de conhecimentos do aprendiz.

12 Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Ministério da Educação, 2011.

Pode acontecer de não haver a ligação do conhecimento novo a algo relevante já conhecido, nestes casos ocorre a aprendizagem mecânica, a memorização. Esta não é considerada por Ausubel como negativa, mas sim um elemento capaz de evoluir para uma aprendizagem significativa.

Ausubel assevera ainda que duas condições são necessárias para a ocorrência da aprendizagem significativa: a primeira é que o material instrucional possua um potencial significativo para o aprendiz; o segundo é que exista no aprendiz a pré-disposição para aprender.

Mesmo sendo considerada uma teoria de sala de aula, de caráter estritamente cognitivo, a Teoria da Aprendizagem Significativa possui um grande potencial de aplicabilidade, e segundo o próprio Ausubel, “Se tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um só princípio, diria o seguinte: o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Averigüe isso e ensine-o de acordo”¹³.

Uma segunda perspectiva de aprendizagem é a defendida pelo educador Paulo Freire que acreditava ser necessário valorizar os saberes prévios que os educandos adquiriram ao longo de suas histórias de vida. Para ele, o educando deveria ser visto como sujeito de seu ato de aprender (SANTANA; CARLOS, 2013).

A teoria educacional freireana defende que a leitura de mundo do educando é o início do processo de ensino aprendizagem, sendo que os novos conhecimentos a serem aprendidos devem estar associados a seus interesses, anseios e necessidades, de modo a serem absorvidos e interpretados para uma tomada de consciência.

Os saberes do educando, suas experiências, seu modo de vida e sentimentos correspondem ao conhecimento que ele detém. Assim, novos conhecimentos que tenham significado e sentido para o educando o motivarão, gerando uma pré-disposição à aprendizagem.

Para Freire é necessário que os educandos tenham disposição para aprender, afinal, “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando”¹⁴, então compete ao educador a disposição de ensinar e também aprender. E é através do diálogo sem imposição que se estabelece

¹³ MACHADO, Marcelo Araújo; OSTERMANN, Fernanda. *Textos de apoio ao professor de física*. 2006, p. 12.

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 1980, p. 28.

uma relação onde ambos possam aprender e ensinar, promovendo o desenvolvimento da consciência crítica que tornará possível a construção e mudança do mundo.

4. O PROGRAMA MULHERES MIL

O Projeto Mulheres Mil iniciou-se no ano de 2007 a partir de uma parceria de cooperação entre os governos canadense e brasileiro, através do Sistema de Faculdades e Institutos Canadense, representado pela *Association of Canadian Community Colleges*¹⁵ (ACCC) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conforme consta no sítio Mulheres Mil (BRASIL, 2014e).

4.1. A Parceira Brasil-Canadá

O Brasil não foi o primeiro país a firmar parceria com a ACCC, o Canadá possui uma longa história de parcerias com diversos países em desenvolvimento tendo por objetivo melhorar o acesso e a qualidade da educação, assegurando um melhor alinhamento com a necessidade do mercado de trabalho, conforme ilustrado na publicação *Education for Employment – A 40 year History of ACCC International Partnerships* (EDUCATION FOR EMPLOYMENT, 2014).

O livro citado esclarece que a ACCC, com mais de 40 anos de experiência, gerencia projetos utilizando uma abordagem de gestão baseada em resultados¹⁶, método este adaptado para incluir metodologias para a concepção, elaboração, acompanhamento e avaliação de resultados em projetos que envolvam instituições de ensino.

Por serem ativamente engajadas no desenvolvimento social e econômico das suas próprias comunidades, as instituições de ensino canadenses possuem o foco no aluno e são comprometidas com o sucesso da carreira dos mesmos. Ademais, estão intimamente ligadas aos empregadores e suas necessidades.

¹⁵ A Association of Canadian Community Colleges (ACCC) é uma organização pan-canadense criada em 1972 sem fins lucrativos que reúne faculdades e institutos canadenses. (www.collegesinstitutes.ca).

¹⁶ Gestão Baseada em Resultados ou *Results-based Management* (RBM) é uma abordagem de ciclo de vida de gerenciamento que integra estratégia, pessoas, recursos, processos e medidas para melhorar a tomada de decisões, transparência e prestação de contas. A abordagem centra-se na obtenção de resultados, a implementação de medição de desempenho, aprendizagem e adaptação, bem como relatórios de desempenho. (www.international.gc.ca).

Como facilitador para o encaminhamento seguro de seus alunos ao mercado de trabalho, as faculdades canadenses utilizam ainda uma metodologia denominada Currículo Baseado em Competências¹⁷. Esta metodologia requer que o corpo docente desenvolva um currículo baseado em uma análise rigorosa das competências necessárias para cada ocupação, descrita por aqueles que realizam o trabalho. Outra ferramenta utilizada é a Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia¹⁸ (ARAP) utilizada para evitar duplicação do que já foi aprendido.

Com a expertise de educar para o trabalho, aliada a financiamentos por parte da *Canadian International Development Agency* (CIDA) e bancos de desenvolvimento internacionais é que a ACCC passou a desenvolver parcerias de cooperação que apoiem o crescimento de instituições similares em países em desenvolvimento, acolhendo ainda a estudantes estrangeiros que, ao voltarem aos seus países de origem, possam ajudá-lo em seu desenvolvimento.

A abordagem utilizada pela ACCC foi a de facilitar a geminação institucional entre faculdades canadenses e institutos de formação equivalentes no exterior. A geminação de instituições envolvidas promoveu a transferência de competências por parte dos participantes propiciando a sobrevivência de parcerias e projetos mesmo com a retirada de um indivíduo.

Como resultado das experiências vividas nos diversos países e as lições aprendidas entre os anos de 1990 a 2004, novos temas transversais emergiram como prioridade para ambos os lados parceiros, dentre eles o envolvimento das mulheres no processo de desenvolvimento.

Diversos estudos têm mostrado que a participação de mulheres em projetos de desenvolvimento propicia uma melhora de seus resultados. De modo geral, as mulheres são mais preocupadas com as consequências para suas famílias e menos

¹⁷ Currículo baseado em Competências ou *Developing a Curriculum* (DACUM) surgiu a partir da necessidade de uma formação baseada em competências para atender a demanda do mercado de trabalho para várias profissões e ocupações no Canadá. É um método rápido, eficaz e de custo relativamente baixo utilizado para analisar empregos e ocupações. Isso resulta na produção de um gráfico que lista as funções, tarefas e informações relacionadas com o trabalho, fornecendo uma base sólida e relevante para o desenvolvimento de um currículo e materiais didáticos. (www.dacumohiostate.com).

¹⁸ Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) ou *Prior Learning Assessment and Recognition* (PLAR) é um instrumento para avaliar habilidades e conhecimentos aprendidos fora de um ambiente de aprendizagem formal. (<http://cicic.ca>).

propensas a desperdiçar recursos, e também foram capazes de assumir papéis de liderança da comunidade, apesar de tradições patriarcais.

Com término previsto para 2010, a meta do projeto era a inserção de mil mulheres, daí o nome do projeto Mulheres Mil, no mundo do trabalho. Além disso, os Institutos Federais participantes passariam a ter sistemas sustentáveis para ofertar serviços de acesso, capacitação genérica e personalizada para mulheres menos favorecidas.

Ao final, as instituições canadenses levariam consigo as experiências e práticas aqui adquiridas visando aprimorar seus sistemas existentes. Já os Institutos Federais brasileiros, teriam os modelos então desenvolvidos, como base para a implementação de tais projetos nos demais Institutos Federais do país.

4.2. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável na Prática

Por atuar na promoção da equidade entre sexos e no combate à violência contra mulher, o Projeto Mulheres Mil passou a fazer parte do conjunto de prioridades das políticas públicas do governo brasileiro. Não menos importante eram: o acesso à educação profissional e tecnológica como estratégia de desenvolvimento e de inclusão social; a Educação de Jovens e Adultos – EJA com formação profissional e tecnológica e elevação de escolaridade, o que permitiria maior trânsito e acesso ao mundo do trabalho e a cidadania, e, por fim, o desenvolvimento local e regional como estratégia de integração e de sustentabilidade, conforme explicita o sítio Mulheres Mil (BRASIL, 2014e).

A parceria canadense-brasileira desenvolveu a metodologia denominada Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, detalhada no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, com base na experiência canadense adquirida através de ações com populações desfavorecidas daquele país, entre eles os aborígenes e imigrantes, bem como as experiências internacionais através da promoção de intercâmbio de conhecimento para a promoção da equidade, desenvolvido em países parceiros, em que a demanda era garantir a capacitação profissional para populações menos favorecidas buscando a formação de cidadãos com consciência do mundo.

O desenvolvimento do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito contemplou processos, metodologias, ferramentas técnicas e currículos com o objetivo

de promover o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade.

Além da formação específica há ainda a preocupação com a transmissão de temas transversais para a formação cidadã, tais como comportamento sustentável, saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo, proteção ambiental, dentre outros, com o intuito de possibilitar sua inserção no mundo do trabalho.

4.3. O Sistema de Acesso Permanência e Êxito

É sabido que a melhoria das condições socioculturais e econômicas favorece o crescimento humano, que por sua vez transforma os até então excluídos, em cidadãos social e economicamente independentes e capazes de contribuir com a administração de suas comunidades. (Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, 2011)

O acesso às instituições federais por si só já passa a ser um instrumento de inclusão. O que anteriormente parecia ser impossível ao perfil das mulheres atendidas pelo programa se transforma: o acesso meritocrático e seletivo cede lugar ao acesso inclusivo e afirmativo.

Diversos instrumentos e metodologias foram desenvolvidos visando à implementação do Programa Mulheres Mil desde o planejamento até sua execução. O acesso é considerado muito importante, porém a permanência com êxito é crucial para sua execução.

Um dos elementos responsáveis pela permanência das alunas no programa é o reconhecimento de suas aprendizagens prévias, dos anos de ensino formal cursados e a identificação de competências e habilidades adquiridas em outros cursos ou com a própria experiência de vida que contribuem sobremaneira para a elevação da autoestima e auxiliam no processo de ensino-aprendizagem.

Os questionários socioeconômicos e as entrevistas, aplicados por ocasião das inscrições, auxiliam na identificação do conhecimento prévio. Além disso, outros dois instrumentos são utilizados: o mapa de vida e o portfólio, que por suas importâncias serão detalhados a seguir.

O Mapa da Vida é construído com o objetivo de fortalecer na mulher participante a ideia e o sentimento de que ela é autora da história de sua vida

contribuindo também para a história do local onde ela está inserida. É assim, registrando através de fotos, gravuras ou desenhos fatos marcantes de seu passado, presente e o que vislumbra para o futuro que ela pode (re)criar em sua mente sua trajetória de vida. Fica a cargo delas a decisão do que e quem registrar, mostrando desde este momento que elas são capazes sim, de fazer escolhas em suas vidas.

Importante salientar que durante essa etapa do processo, o levantamento das informações relativas à aprendizagem prévia e ao itinerário formativo das educandas, pode desencadear a identificação de conhecimentos de saberes e habilidades prévias trazidas pelas educandas, às vezes adormecidos.

O Portfólio é o documento individual que reúne informações relativas à educanda contendo sua documentação formal e ainda a descrição de seus conhecimentos, habilidades e competências, que serve a propósitos diversos como um curso ou um trabalho. Ele vai se complementando no decorrer das atividades do programa de formação, podendo, ao final, se tornar um currículo da educanda por conter, além de informações pessoais, a descrição de suas habilidades e seus objetivos.

Na verdade, esses saberes e competências estão em constante construção em todos nós de modo ativo e não linear. É um emaranhado de saberes estruturados combinados com experiência de vida.

“Este processo de aproveitamento dos saberes e competências propicia a superação da histórica sobreposição entre os saberes previamente adquiridos e os conteúdos oferecidos pela educação formal, contribuindo para a minimização do tempo dispensado para a certificação dos saberes e, por conseguinte, para melhor e mais sustentável inserção no mundo do trabalho. Assim sendo, a equipe multidisciplinar deve atentar para o caráter nem sempre observável e classificatório do conjunto de saberes e competências, visto que a competência profissional se dá nos contextos de vida e de trabalho, ou seja, no cotidiano das pessoas¹⁹”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma em seu artigo 41 que: “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos²⁰”, sendo

¹⁹ Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Ministério da Educação, 2011.

²⁰ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 Dez. 1996.

os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições certificadoras de competências profissionais, conforme Lei nº 11.892 de 2008.

A partir do reconhecimento, identificação e levantamento de lacunas de conhecimentos é que se constrói o currículo desde a alfabetização ao Proeja Fundamental, podendo-se então construir o mapa de caracterização profissional e de objetivos de emprego e renda dessas mulheres.

Fica a cargo da Rede Certific²¹ a certificação de competências, que é o reconhecimento formal de saberes requeridos para o exercício de atividades laborais obtidos a partir de experiência de vida e trabalho ou pela frequência em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não (BRASIL, 2014c).

Segundo a realidade de cada comunidade, bem como as particularidades do grupo de mulheres participantes e o acesso às informações pertinentes ao seu itinerário formativo das, a equipe multidisciplinar elabora um plano educacional que trata de aspectos formais da educação visando à elevação de escolaridade das educandas, mas principalmente o resgate da autoestima das mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta o Programa Mulheres Mil que, iniciando com a proposta de inserção de cerca de mil mulheres no mundo do trabalho, entre os anos de 2007 a 2010, e com implantação restrita aos estados do norte e nordeste do Brasil, foi muito além do esperado. Já no ano de 2009 iniciou sua expansão para os demais estados brasileiros, compondo atualmente o Programa Brasil sem Miséria. Importante protagonista da inclusão social, especificamente em relação ao combate à feminização da pobreza, o Programa é resultado de uma bem sucedida parceria canadense-brasileira, e implantados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ao considerar os saberes prévios das participantes, o Mulheres Mil atinge seu objetivo fundamentando-se na Aprendizagem Significativa e na adoção do Sistema de Acesso,

²¹ A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC) constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC. (www.mec.gov.br).

Permanência e Êxito. Como resultado, aquelas que são consideradas um dos segmentos mais vulneráveis da população, ao participarem do Programa, além da possibilidade real de alcançarem sua inserção no mercado de trabalho, conquistam o resgate da autoestima e da dignidade.

Referências

BRASIL. Apresentação Expansão da Rede Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014a.

BRASIL. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2014b.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 Dez. 1996.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 Dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15266&Itemid=800>. Acesso em 30 set. 2014c.

BRASIL. Portal Brasil sem Miséria. Disponível em <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/>>. Acesso em: 04 jul. 2014d.

BRASIL. Programa Mulheres Mil. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2014e.

COSTA, J. S. et al. A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza. Texto para Discussão nº 1137, IPEA, 2005.

DACUM & SCID Training Information. Disponível em: <<http://www.dacumohiostate.com/index.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

Dicionário de Conceitos. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/educacao/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

Education for Employment - A 40 year History of ACCC International Partnerships. Disponível em: <http://www.collegesinstitutes.ca/wp-content/uploads/2014/05/ACCC_Intl_History_May28.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

Education in Canada. Disponível em: <<http://cicic.ca/docs/cmec/EducationCanada2008.en.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47–71, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Ministério da Educação, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema IBGE De Recuperação Eletrônica (SIDRA). 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Comunicados do Ipea nº 159 - Duas Décadas de Desigualdades e Pobreza no Brasil Medidas pela Pnad/IBGE, p. 1-47, 2013.

MACHADO, M. A.; OSTERMANN, F. Textos de apoio ao professor de física. V.17, n. 6, 2006.

MELO, H. P. DE. Gênero e Pobreza no Brasil. *Serie Mujer y Desarrollo*, v. 66, p. 9–42, 2005.

NOVELLINO, M. S. F. Os Estudos Sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*, p. 1–12, 2004.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/downloads/Livro%20Objetivo%201%20-%20Fome.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

Results-Based Management Tools at CIDA: A How-to Guide. Disponível em: <<http://www.acdi-cida.gc.ca/acdi-cida/acdi-cida.nsf/eng/nat-92213444-n2h>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* 1ª Edição ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 244.

SANTANA, M. F.; CARLOS, E. J. Regularidades e Dispersões no Discurso da Aprendizagem Significativa em David Ausubel e Paulo Freire. *Aprendizagem Significativa em Revista/Meaningful Learning Review*. V3(1). Pp. 12-22. 2013.